

Protocolo de Cooperação

Entre o Instituto Geográfico Português , adiante designado por IGP, neste acto representado pelo Presidente, Carlos Manuel Mourato Nunes, General

e a SETÚBALPOLIS - Sociedade para o desenvolvimento do programa POLIS em Setúbal, SA, adiante designada por SETÚBALPOLIS , representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Arq^a. Maria Fernanda da Silva Vara Castor Teixeira,

é acordada a celebração de um Protocolo de Cooperação entre as duas instituições e que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1^a

O presente protocolo tem por objecto regular a cooperação entre o IGP e a SETÚBALPOLIS no concurso público para Aquisição de Serviços para Realização Levantamento Cadastral para Inventário Predial, à escala 1/1000, da Zona Ribeirinha de Setúbal e posterior execução contratual.

Cláusula 2^a

A colaboração do Instituto Geográfico Português inclui:

1. Elaboração do caderno de encargos específico para o concurso;
2. Acompanhamento de análise das propostas apresentadas a concurso;
3. Acompanhamento e verificação da execução e qualidade do trabalho;
4. Estudo da viabilização da integração dos elementos cadastrais obtidos com o projecto no sistema de informação do cadastro predial e posterior oficialização dos mesmos.

Cláusula 3ª

A SETÚBALPOLIS disponibilizará ao Instituto Geográfico Português, através dos seus serviços, os elementos da informação cadastral recolhida e os decorrentes do resultado de intervenção do programa POLIS.

Cláusula 4ª

A SETÚBALPOLIS não dispõe dos serviços adequados para o acompanhamento do Levantamento Cadastral, necessitando do apoio do IGP.

Cláusula 5ª

1. O Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta nesse sentido formulada por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 6ª

Qualquer das entidades signatárias poderá pedir a resolução do Protocolo, caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.

Cláusula 7ª

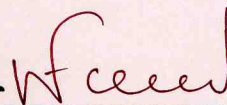
1. Em tudo o que o presente Protocolo for omissivo, aplicar-se-á a lei geral.

2. As dúvidas suscitadas pela aplicação do Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na cláusula 1ª.

O presente Protocolo foi lavrado e assinado em dois exemplares de igual valor, em Lisboa aos 10 de Abril de 2003, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades signatárias.

O Presidente do Instituto Geográfico
Português

O Presidente da SETÚBALPOLIS



SETÚBALPOLIS, S.A.
A Administração

Carlos Manuel Mourato Nunes, General

Maria Fernanda da Silva Vara Castor
Teixeira, Arqª